

Distorções marcam a distribuição

Cálculos complexos, obscuros, e interferências de toda a ordem encolhem o salário-educação, recurso muito esperado pelos secretários estaduais de Educação. Eles resumem suas reclamações no desconhecimento dos números e dos critérios de distribuição.

Tomadas isoladamente, as tabelas mostram valores elevados de arrecadação por estado e o retorno, em muitos casos, é desalentador. Isto aconteceu, por exemplo, em 1986, quando estados como o Rio de Janeiro e São Paulo, que juntos concentraram 90 por cento das crianças sem escola em meio urbano de todo o País, tiveram cortes de 50 por cento na transferência de recursos do salário-educação. Em 1988, Espírito Santo, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo sofreram cortes de 40 por cento.

Surpresas como essas causam enormes transtornos aos já atribulados secretários de Educação, sempre às voltas com grandes dificuldades orçamentárias. Até mesmo em Santa Catarina, um

dos estados com melhores índices de aproveitamento escolar, faltam recursos para investimentos: a quota estadual do salário-educação tornou-se o único meio disponível para manutenção e ampliação de escolas. No outro extremo, no Acre, onde 64 por cento da população são analfabetos, "o papel do salário-educação é essencial", diz a secretaria de Educação, Zilnizia Rodrigues. Segundo ela, "sem ele não teríamos ensino no estado".

A secretaria está convencida de que os maiores problemas que a educação enfrenta no Brasil são causados pela política partidária e reclama da falta de resposta a um projeto de Cr\$ 516 milhões, encaminhando ainda no ano passado ao FNDE.

Sem dúvida, as afinidades político-partidárias favorecem a tramitação das verbas. Este ano, no Rio Grande do Sul, nada menos que 162 das 333 prefeituras gaúchas já assinaram convênios para receber recursos do FNDE. O estado obteve um terço de todos os recursos distribuídos até ou-

tubro aos municípios brasileiros, da quota federal do salário-educação. A terra do ministro da Educação também tem o maior volume destinado a escolas particulares pelo FNDE.

Igualmente bem aquinhoados foi o Mato Grosso, que recebeu a maior verba da quota federal destinada aos estados. O secretário estadual de Educação, Valter Alballo da Silva, diz que está contente com a regularidade com que o salário-educação tem retornado, mas reclama do pouco que volta.

De acordo com o secretário, o salário-educação é uma das verbas mais importantes pois permite às escolas "realizarem programas pedagógicos e custeio e pagamento de professores e funcionários". Na delegacia estadual do MEC, em Cuiabá, o chefe do setor de salário-educação, Ubiratan da Silva Guedes, reclama também do pequeno valor que o estado recebe: "Se a verba recolhida ao FNDE retornasse toda — diz ele —, seria possível custear cerca de 20 mil bolsas". O

estado tem 41 mil vagas nas escolas particulares de 1º grau.

Mas apenas 3 mil 373 alunos estão matriculados no sistema: o restante do dinheiro fica no bolso do ministério ou vai para outros estados. O que ocorre de fato, é que a empresa, quando opta pelo SME, tem que fazer todo o recolhimento ao FNDE e o que não for deduzido para pagamento de bolsas de estudos passa a fazer parte do chamado "bolão da educação", tecnicamente definido como DBE (Diferença de Bol-sas de Estudo).

Essa diferença também deve ser dividida em três partes, duas para o estado e uma para o FNDE. Se isto realmente ocorre, é difícil saber, pois todos os secretários estaduais de Educação ouvidos reclamam da falta de informação sobre arrecadação, transferência e critérios.

Em Minas Gerais, que tem no salário-educação um significativo reforço, o secretário Gamael Herval reclama da lentidão com que os recursos são repassados.